

TEXTO 1: O CURRÍCULO CRÍTICO-EMANCIPATÓRIO E A ELABORAÇÃO COLETIVA DOS DIREITOS DE APRENDIZAGEM DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO ¹

*Prof.^a Me. Wanusa Rodrigues da Silva²
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/SME-SP
wanusa_rodrigues@hotmail.com*

Resumo:

O texto aqui apresentado tem por objetivo fazer uma breve explanação a respeito dos processos formativos, de escuta e debate com a Rede Municipal de Ensino (RME) de São Paulo, que se iniciaram desde a implantação do *Programa Mais Educação São Paulo*, em 2013, e culminaram na produção coletiva de documentos curriculares. Adotando a perspectiva do currículo crítico-emancipatório e encarando os professores como intelectuais transformadores da realidade, o processo de construção coletiva de documentos curriculares se desdobrou na escrita coletiva de documentos para cada componente curricular, pautados na perspectiva dos direitos de aprendizagem e da interdisciplinaridade. Este processo formativo aponta para a necessidade de repensar o papel social da escola e a qualidade social da educação, bem como apresenta aos educadores matemáticos o desafio de romper com uma visão curricular reprodutora de desigualdades e apresentar a matemática como instrumento de leitura crítica sobre o mundo.

Palavras-chave: Currículo Crítico-Emancipatório; Direitos de Aprendizagem; Formação de Professores, Projeto Político Pedagógico.

1. Introdução

O texto aqui apresentado tem por objetivo fazer uma breve explanação a respeito dos processos formativos, de escuta e debate com a Rede Municipal de Ensino (RME) de São Paulo, que se iniciaram desde a implantação do *Programa Mais Educação São Paulo* (2014) e se desdobraram na construção coletiva de documentos que pautam os direitos de aprendizagem para os diferentes componentes curriculares, entre eles, a matemática, cujo texto será objeto de reflexão dos textos que compõem esta mesa.

¹ Este texto é baseado nos documento da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo: “Diálogos interdisciplinares a caminho da autoria: elementos conceituais e metodológicos para a construção dos direitos de aprendizagem do Ciclo Interdisciplinar”.

² Doutoranda em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, licenciada em Matemática pela Universidade de São Paulo, professora de Matemática da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e atualmente trabalha como Assistente Técnico Educacional I na Diretoria Regional de Educação de São Mateus.

O Programa Mais Educação São Paulo trouxe mudanças significativas para a RME e teve como um de seus princípios a busca da qualidade social da educação e a garantia dos direitos de aprendizagem dos educandos. A perspectiva dos direitos de aprendizagem é relativamente recente em textos e documentos curriculares, o que apontou para a necessidade de se debruçar sobre este conceito.

O currículo do Ciclo de Alfabetização da RME se pauta no documento *Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização do Ensino Fundamental*, produzido pelo Ministério da Educação (MEC, 2012), uma vez que a Prefeitura de São Paulo aderiu ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que promove a formação dos professores alfabetizadores. Este documento traz considerações sobre o currículo do ciclo de alfabetização na perspectiva dos direitos de aprendizagem, constituindo-se em uma importante referência para as ações da Secretaria Municipal de Educação (SME) para os demais ciclos - Ciclo Interdisciplinar (4º, 5º e 6º anos) e Ciclo Autoral (7º, 8º e 9º anos).

Os princípios da qualidade social da educação e dos direitos de aprendizagem estão intimamente relacionados, pois os direitos de aprendizagem são aliados ao direito à educação - direito social de 2ª geração (BOBBIO, 1992) - o que nos faz pensar sobre o significado da educação no mundo contemporâneo e a função social da escola nesta sociedade complexa em que vivemos.

No entanto, refletir sobre os direitos de aprendizagem das crianças, adolescentes, jovens e adultos da RME levantou alguns questionamentos, como: Como entendemos a escola pública municipal na sociedade contemporânea? Quem são nossos estudantes? Qual relação nossos estudantes estabelecem com o conhecimento? Como se dá o processo de acompanhamento das aprendizagens dos estudantes?

No tocante à matemática, este processo nos levantou questões como: Por que ensinar matemática? O que ensinar? Como a matemática nos ajuda a estar no mundo e a compreendê-lo? Como podemos nos relacionar com a matemática a partir do contexto e das questões do cotidiano? Como as múltiplas linguagens relacionam-se com a matemática?

Neste sentido, pensar a qualidade social da educação passa pela oferta de condições de acesso e permanência do educando como direito (BRASIL, 2012), mas também envolve o desafio da construção de um espaço público que privilegie a superação de desigualdades, reconheça as diferenças, possibilite o desenvolvimento do pensamento crítico e que seja capaz de promover uma educação comprometida com a transformação da realidade.

Como os direitos de aprendizagem do ciclo de alfabetização já estavam delineados pela política do PNAIC, a SME tinha diante de si a tarefa de construir, de forma participativa e reflexiva, os direitos de aprendizagem para os ciclos interdisciplinar e autoral. A proposta de trabalho, então apresentada, foi a de uma construção *com* a rede, numa relação dialógica, de síntese e produção coletiva, cujo primeiro passo apontou para a necessidade de uma discussão mais ampla sobre a perspectiva do currículo crítico-emancipatório. Abordaremos este processo mais detalhadamente adiante.

2. A proposta do currículo crítico-emancipatório

Currículo, neste texto, é tomado como o conjunto das experiências que têm como objetivo a aprendizagem e às quais os educandos estão expostos. A partir dessa observação, é possível identificar o currículo como histórica e socialmente situado, como um recorte seletivo de cultura (SACRISTÁN, 2000; MOREIRA e CANDAU, 2008).

Reconhecendo, neste sentido, o currículo como um território em constante disputa, podemos afirmar que a atual forma da organização curricular da maioria das escolas ainda está próxima de uma concepção com objetivos contraditórios a uma educação emancipadora.

O olhar crítico sobre a realidade injusta é condição necessária, mas não suficiente, para sua transformação. Desse modo, quanto mais se associam as demandas do mundo contemporâneo ao papel da educação pública, bem como às práticas pedagógicas nela inseridas, mais clareza haverá de que a escola pode e deve ser um espaço de socialização de cultura e de práticas sociais democráticas.

A dimensão política presente na ação educativa permite captar melhor as posições de alienação ou emancipação que podem permear a prática pedagógica. É impossível pensar o fenômeno educativo com neutralidade, desconsiderando o contexto histórico, político, econômico, social e cultural em que ele se desenvolve. Nesse caso, corre-se o risco de considerar a educação e o trabalho docente a partir de uma concepção de reprodução, tomando o educador como mero executor de propostas curriculares, e não de transformador ou sujeito que pode intervir na realidade.

Neste sentido, os direitos de aprendizagem em Matemática, como dos demais componentes curriculares, precisam ser orientados para o desenvolvimento humano, a luta pela paz, pela liberdade, pelo convívio social, pelo equilíbrio e pela justiça social, e o conhecimento matemático com a possibilidade de repensar o processo social de modo a não

reproduzir a desigualdade. Este é, sem dúvida, um dos grandes desafios da Educação Matemática na contemporaneidade.

Deste modo, podemos considerar que o currículo se efetiva no interior de cada unidade escolar, nas trocas promovidas entre educadores e educandos, tomando por base o projeto de educação e de sujeito que se pretende formar, que as escolas desenvolvem para os estudantes e com eles, por meio do Projeto Político-Pedagógico (PPP), com os elementos que a comunidade escolar entende ou considera como os mais adequados. (SACRISTÁN, 2013).

A construção do currículo numa perspectiva crítica, democrática e emancipatória nos parece a mais indicada para a RME, considerando que seu público-alvo é representado, em sua maioria, pelas camadas populares que possuem na educação pública o principal caminho para a leitura de mundo. Por este motivo, é imprescindível conhecer bem quem são estas crianças, jovens, adultos e seus familiares, bem como suas reais necessidades. Este deve ser o ponto de partida para qualquer proposta curricular e para a elaboração de direitos de aprendizagem. Além disto, faz-se necessário pensar em maneiras de viabilizar a efetiva participação das famílias na elaboração, implantação e avaliação dos projetos pedagógicos das unidades.

Quando abordamos esta perspectiva de currículo, acreditamos que um currículo democrático para a formação humana parte do cotidiano do educando, mas não se esgota em si mesmo, pois também considera a ampliação do acesso aos bens culturais e ao conhecimento, para todas as pessoas a serviço da diversidade. Tal projeto de emancipação era o defendido por Paulo Freire, no qual a educação deve proporcionar um diálogo crítico entre as diversas culturas, com o objetivo de ampliar e consolidar os processos de exercício da liberdade (FREIRE, 2014). A efetivação de um currículo crítico-emancipatório só é possível pelo exercício do diálogo e da reflexão crítica sobre a prática.

3. O professor como intelectual transformador

Para a elaboração e implantação de um currículo para a emancipação dos sujeitos pressupõe a atuação de educadores críticos. Reconhecemos, neste cenário, o papel da formação docente, dado que a docência por vezes se apresenta como um exercício solitário, permeado de desafios e dilemas. É necessário refletir sobre esses dilemas e atribuir-lhes novos sentidos. Portanto, qualquer tentativa de reorganização curricular deve necessariamente passar pelo diálogo e debate junto aos educadores.

Giroux (1997) aponta como tendência reduzir os professores ao status de técnicos especializados dentro da burocracia escolar, cuja função se limita a implementar programas curriculares, mais do que desenvolver ou apropriar-se criticamente de currículos que satisfaçam objetivos pedagógicos específicos. Devido ao enfraquecimento da carreira e da profissionalidade docente que isto pode gerar, defende que os professores sejam considerados intelectuais transformadores, que combinam reflexão e prática acadêmica a serviço dos educandos.

Como intelectual transformador, o professor detém uma função social relevante, pois é, principalmente, a partir de sua intencionalidade que diferentes saberes podem ser construídos, potencializados e compartilhados.

Sabemos que a formação inicial acontece com base nos currículos das universidades, muitas vezes ainda pautados nos paradigmas da racionalidade técnica e descolados da realidade das escolas públicas. Mas a constante formação continuada constitui-se como exigência diante dos desafios trazidos pelas práticas escolares. A formação ao longo da vida é condição primeira para o desenvolvimento profissional e para nos constituirmos em intelectuais transformadores.

Tais embasamentos remetem ao exercício da escuta, do diálogo e da reflexão sensíveis às realidades das crianças, jovens, adultos e famílias, considerando os diferentes arranjos familiares, requer uma prática docente crítica, que envolve o movimento dinâmico e dialético entre o fazer e o pensar sobre o fazer. É por isso que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática.

Neste processo vivenciado a partir do Programa Mais Educação São Paulo, podemos afirmar que a SME tomou a decisão de encarar seus educadores como intelectuais transformadores, na medida em que dividiu as responsabilidades em fazer o levantamento de questões acerca do que ensinam, por que ensinam, como ensinam, e quais os direitos cada componente curricular deve contemplar nos ciclos de aprendizagem. Isto significou assumir junto com os professores o papel de indicar caminhos sobre os propósitos da educação municipal.

A postura descrita revela uma mudança na maneira de encarar os educadores:

Se acreditarmos que o papel do ensino não pode ser reduzido ao simples treinamento de habilidades práticas, mas que, em vez disso, envolve a educação de uma classe de intelectuais vital para o desenvolvimento de uma sociedade livre, então a categoria de intelectual torna-se uma maneira de unir a finalidade da educação de professores, escolarização pública e treinamento profissional aos próprios princípios necessários para o desenvolvimento de uma ordem e sociedade democráticas. (GIROUX, 1997, p. 162)

Apontamos, assim, a impossibilidade de formar educandos para a emancipação, se não apostarmos na formação de educadores que se assumam como intelectuais transformadores de sua prática, detentores de um discurso da crítica, mas também da possibilidade, como atores sociais capazes de promover mudanças.

4. A trajetória percorrida em SME/SP e a produção coletiva de documentos curriculares

Desde a implantação do Programa Mais Educação São Paulo, SME iniciou um intenso processo de debate sobre currículo.

Como primeira ação de formação, foram realizados, entre setembro e novembro de 2014, dentro da jornada de trabalho dos educadores, os *Encontros Regionais para a Construção dos Direitos de Aprendizagem do Ciclo Interdisciplinar*, envolvendo professores, coordenadores pedagógicos e supervisores escolares das treze Diretorias Regionais de Educação (DREs). Os encontros pautaram-se na discussão do documento-base, um texto em discussão, que contou com importantes intervenções dos participantes dos Encontros Regionais.

O I Seminário Municipal de Educação para a Construção dos Direitos de Aprendizagem foi organizado, em dezembro de 2014, a partir da sistematização das contribuições dos Encontros Regionais. A partir deste seminário, um grupo de trabalho – responsável pela finalização do documento – reuniu-se, periodicamente, para acolher as contribuições em um processo de reescrita, que culminou, em 2015, na publicação do documento *Diálogos interdisciplinares a caminho da autoria: elementos conceituais e metodológicos para a construção dos direitos de aprendizagem do Ciclo Interdisciplinar*.

Consideramos este documento um marco para a RME por dois aspectos: por ser fruto de uma escrita a muitas mãos, decorrente de um processo de consulta e diálogo com professores da rede; e por se constituir em um importante objeto de formação para as DREs durante o ano de 2015, constituindo-se no que a SME considerou, naquele momento, como temáticas que deveriam ser amplamente discutidas, problematizadas e ressignificadas na rede. Entre estas temáticas, destacamos Currículo, Ciclos, Interdisciplinaridade e Avaliação.

O movimento de formação com educadores da rede após a publicação de *Diálogos*, em horário de trabalho, e com a finalidade de atingir o maior número possível de educadores, só foi possível com a constituição de um grupo que chamamos de formadores parceiros, formado

por educadores atuantes nas escolas que compuseram, junto com as equipes das DREs, o grupo de formadores responsáveis por este processo de escuta e diálogo.

A estes formadores parceiros, juntamente com as equipes de formadores das DREs e à medida que acompanham as ações locais de formação, foi lançado o desafio de dar continuidade ao processo de construção coletiva dos documentos de SME, desta vez, dos documentos de cada componente curricular, pautados na perspectiva dos direitos de aprendizagem e da interdisciplinaridade. Foram considerados como intelectuais transformadores.

O grupo de formadores, em conjunto com a equipe de assessores de SME (que chamamos de GT de escrita), elaborou, de forma articulada e coletiva, durante o 2º semestre de 2015, a escrita da versão preliminar dos documentos dos diferentes componentes curriculares. Estes documentos foram divulgados à rede em fevereiro de 2016, momento em que ocorreram Seminários locais nas treze DREs.

Nos meses de março e abril de 2016, o GT de escrita acolheu, por meio de encontros formativos organizados nas DREs, as contribuições aos documentos feitas por professores de todas as regiões da cidade. No mês de maio, o GT voltou a se encontrar em SME a fim de se debruçar sobre todas as contribuições dos professores, reformulando a escrita e considerando os aspectos apontados. Sobre este aspecto, podemos afirmar que um imensurável número de educadores da RME foram considerados intelectuais transformadores, pois foi lhes dado a possibilidade da escuta, do diálogo e da construção coletiva, uma vez que podiam fazer contribuições à escrita do texto.

O processo culminou na escrita final dos documentos, um para cada componente curricular. Especificamente sobre o documento *Diálogos Interdisciplinares a Caminho da Autoria: Componente Curricular Matemática*, os textos 2 e 3 que compõem a discussão desta mesa abordarão de forma mais detalhada.

5. Considerações Finais

Pensar a formação docente tendo como princípios a escuta e o diálogo, e a elaboração de documentos curriculares por meio da construção coletiva, não é iniciativa inédita na RME. Ao contrário, traz consigo uma história de lutas e significados.

Tendo Paulo Freire como secretário de educação na gestão Luiza Erundina (1989-1992), a RME presenciou a elaboração de um currículo que se constituiu coletivamente, a partir das premissas que atendessem às especificidades da comunidade escolar. O diálogo, a

problematização da realidade e a reflexão, eram etapas imprescindíveis da elaboração de tal currículo, com vistas à criação coletiva de novas possibilidades de propostas na definição dos Projetos Político-Pedagógicos. Exemplo de como este processo se desdobrou foi a elaboração dos chamados Cadernos de Visão de Área (SÃO PAULO, 1992), como orientações curriculares produzidas coletivamente e que já apresentavam, naquela época, uma perspectiva interdisciplinar e emancipatória do currículo.

Retomar a discussão sobre a função social da escola, pautada na perspectiva da qualidade social da educação e dos direitos de aprendizagem, inclui, como requisito básico, enxergar os educandos como sujeitos de direitos. Envolve repensar o papel da escola pública nos dias atuais, em especial quando nos referimos a uma rede de ensino única, complexa e rica como a rede municipal de São Paulo, com suas contradições e possibilidades. O espaço da escola pública é, sem dúvida, um dos principais na garantia dos direitos de nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos. Em especial, a garantia aos seus direitos de aprendizagem.

Neste sentido, nós, educadores matemáticos, temos este desafio diante de nós: romper com uma visão curricular reprodutora de desigualdades, a fim de promover propostas de um currículo crítico-emancipatório que apresente a matemática e os direitos de aprendizagem em matemática como instrumento de leitura crítica sobre o mundo.

6. Referências

- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*, 11ª. ed., Rio de Janeiro, Campus, 1992.
- BRASIL, *Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa*, Cadernos, Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de apoio à Gestão Educacional, 2014 e 2015.
- BRASIL, Ministério da Educação, DICEI/COEF, *Elementos conceituais e metodológicos para definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º, 3º anos) do Ensino Fundamental*, Brasília, MEC, 2012.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. (57a ed.). Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- MOREIRA, Antonio F. B. e CANDAU, Vera M. *Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura*. Brasília: MEC/SEB, 2008.

SACRISTÁN, José G. *Currículo: uma reflexão sobre a prática*. trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SACRISTÁN, José G. O que significa currículo? In: GIMENO SACRISTÁN, J. (Org.) *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Porto Alegre: Penso, 2013.

SÃO PAULO (SP). *Cadernos de Visões de Área*. São Paulo: SME, 1992

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação, Diretoria de Orientação Técnica, *Programa Mais Educação São Paulo: subsídios para a implantação*/São Paulo, SME/DOT, 2014.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica, *Diálogos interdisciplinares a caminho da autoria: elementos conceituais e metodológicos para a construção dos direitos de aprendizagem do Ciclo Interdisciplinar*/São Paulo, SME/DOT, 2015.

